

Ligações perigosas

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

O governo Lula tem dado demonstrações reiteradas de que é deficiente na formulação de políticas públicas. Seus sucessos, na macroeconomia e na política social, decorreram, em maior ou menor medida, de políticas formuladas no governo de Fernando Henrique Cardoso. A pobreza de resultados tem levado à prática sistemática de substituir forma por conteúdo, de repetir meias-verdades, esperando que a reiteração as legitime, e de justificar decisões estratégicas cruciais com base em argumentos incompletos ou incorretos. Há muitas decisões equivocadas a listar.

A entrada da Venezuela no Mercosul é emblemática. As recentes audiências públicas no Senado ilustraram a fragilidade dos argumentos que sustentam a posição favorável à adesão venezuelana. O cerne da política exterior do governo Lula - pelo menos de sua vertente palaciana - é a integração sul-americana, com a ampliação do Mercosul em posição prioritária na agenda. Trata-se, sem dúvida, de um objetivo estratégico desejável. Decisão de tal importância requer, entretanto, análise ponderada de custos e benefícios envolvidos. O País merece mais do que a racionalização pela rama de posições definidas a priori.

Os defensores da aprovação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul têm utilizado um leque de argumentos econômicos - comércio de bens e serviços e investimento direto brasileiro - e políticos para justificar a decisão.

No terreno comercial, enfatiza-se o crescimento de 9,6 vezes do "comércio" entre Brasil e Venezuela desde 1999. Se comércio for entendido como a soma das exportações e importações, o número é bem menos expressivo: algo da ordem de 3,8 vezes, exatamente o mesmo que se aplica ao comércio do Brasil com todo o mundo. O problema é que o comércio Brasil-Venezuela é brutalmente desequilibrado: em 2008, as importações provenientes da Venezuela corresponderam a apenas cerca de 10% das exportações brasileiras para a Venezuela. Mesmo que se considerem somente as exportações, a expansão não parece tão espetacular quando comparada à de outros clientes médios do Brasil, tais como Peru ou Angola, com tamanhos de mercado algo inferiores ao venezuelano, mas com expansão de exportações brasileiras muito mais rápida entre 1999 e 2008. A participação das exportações para o Peru nas exportações brasileiras cresceu, nesse período, de 0,5% para 1,2% - para a Venezuela, foi de 1,1% para 1,9%. Além disso, pelo menos um terço das exportações brasileiras para a Venezuela é de alimentos distribuídos pelo governo. E há importações significativas que decorrem de financiamentos brasileiros. Ou seja, o crescimento das exportações para a Venezuela decorre de medidas discricionárias, cuja sustentação depende de decisões políticas do governo do dia. Da mesma forma, o papel importante que o Brasil joga hoje como provedor de serviços na Venezuela reflete essencialmente decisões políticas, e não é base válida para aferir a potencialidade do mercado venezuelano.

Embora as oportunidades para investimento direto brasileiro na Venezuela sejam significativas, é necessário que se avalie quão estáveis serão as condições de operação de tais investimentos. Por enquanto, é tentador adotar a postura de pensar que excelentes negócios justificam os evidentes riscos associados à volatilidade das circunstâncias políticas. O problema é quando virar o vento. É longe de desprezível a probabilidade de que riscos empresariais acabem redundando em demandas por operações de resgate que, em última instância, onerem o erário. Os episódios relativamente recentes, referentes à operação de empresas brasileiras na Bolívia e no Equador, não parecem ter tido as consequências pedagógicas que mereceriam. Mais importante ainda foi o exemplo propiciado pela experiência do grupo ítalo-argentino Techint, na própria Venezuela, que, depois de comprar a Siderar-Siderúrgica del Orinoco do governo venezuelano, em 1998, foi forçado a vendê-la de volta. O argumento de Chávez foi que a "Sidor não pode aplicar-nos esta "americanada" de levar-nos o aço (produzido na Venezuela) e vender-nos tubos (feitos fora da Venezuela)...". O episódio deveria ter estimulado os interessados em investir na Venezuela a pôr as suas barbas de molho.

O argumento político usado pelo governo para justificar a aprovação do Senado sublinha menos os benefícios da adesão da Venezuela chavista - reconhecendo, talvez, a dificuldade da tarefa - e concentra-se em ressaltar os custos de uma negativa. O argumento parece ser que, uma vez que a Venezuela consideraria a possível recusa como um "ato hostil", o Senado deveria aprovar o protocolo de adesão. Na prática, isso significaria que as decisões finais quanto à celebração de tratados internacionais passariam a ser tomadas na órbita do Executivo brasileiro. Bastaria comprometer-se em relação a uma determinada política até que se tornasse embaraçosa a sua não-aprovação parlamentar...

O custo principal da entrada da Venezuela no Mercosul, entretanto, é que a política econômica externa brasileira ficaria, ao menos parcialmente, subordinada aos destemperos chavistas. Como se não bastassem as dificuldades com o Mercosul como ele é hoje, e que têm causado enormes embaraços ao Brasil, obrigado a negociar como membro de truncada união aduaneira. A prioridade deve ser tornar viável o núcleo duro do Mercosul, especialmente as relações com a Argentina, e deixar de lado aventuras diplomáticas imprudentes.

***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**